

Balanco Patrimonial

Exercício findos em 31 de dezembro

Em Reais

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		394.029.565,56	307.597.271,69
Circulante		243.287.658,87	232.466.022,44
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	183.726.433,42	184.335.263,69
Disponibilidades		1.871.135,83	1.397.668,42
Centralização Financeira - Cooperativas		181.855.297,59	173.917.207,57
Títulos e Valores Mobiliários		-	9.020.387,70
Instrumentos Financeiros		2.245.749,87	-
Títulos e Valores Mobiliários	5	2.245.749,87	-
Operações de Crédito	6	52.095.299,37	42.910.749,81
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		47.467.922,08	37.981.831,37
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(2.937.953,02)	(2.548.025,21)
Financiamentos		7.782.939,78	7.714.543,86
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(217.609,47)	(237.600,21)
Outros Créditos	7	2.998.498,14	3.353.677,26
Créditos por Avais e Fianças Honradas		121.666,44	240.623,87
Rendas a Receber		1.131.513,64	1.112.132,01
Diversos		2.021.616,50	2.286.429,86
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		14.537,74	71.852,26
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(290.836,18)	(357.360,74)
Outros Valores e Bens	8	2.221.678,07	1.866.331,68
Outros Valores e Bens		2.289.223,71	1.951.433,18
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		(130.000,00)	(130.000,00)
Despesas Antecipadas		62.454,36	44.898,50
Não Circulante		150.741.906,69	75.131.249,25
Realizável a Longo Prazo		141.858.393,22	70.269.877,34
Instrumentos Financeiros		58.667.139,39	9.612.152,76
Títulos e Valores Mobiliários	5	58.667.139,39	9.612.152,76
Operações de Crédito	6	83.191.253,83	60.809.887,17
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		70.542.543,49	51.309.546,76
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(4.357.985,91)	(4.228.280,73)
Financiamentos		17.386.471,79	14.061.986,86
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(379.775,54)	(333.365,72)
Outros Créditos	7	-	(152.162,59)
Devedores por Depósitos em Garantia		-	11.199,39
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		-	(163.361,98)
Permanente		8.883.513,47	4.861.371,91
Investimentos	9	6.924.884,85	3.640.002,31
Participação em Cooperativa Central de Crédito		6.924.884,85	3.640.002,31
Imobilizado de Uso	10	1.957.509,96	1.218.730,20
Imobilizado de Uso		3.342.082,94	2.391.992,35
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(1.384.572,98)	(1.173.262,15)
Intangível	11	1.118,66	2.639,40
Ativos Intangíveis		66.481,17	66.481,17
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(65.362,51)	(63.841,77)
Total do Ativo		394.029.565,56	307.597.271,69

Balanço Patrimonial

Exercício findos em 31 de dezembro

Em Reais

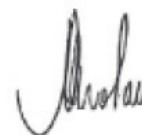
Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO		344.212.603,32	262.506.130,24
Circulante		344.210.143,01	262.505.677,43
Depósitos	12	331.592.978,56	250.765.142,67
Depósitos à Vista		95.893.608,64	59.881.761,33
Depósitos Sob Aviso		844.833,25	824.207,52
Depósitos à Prazo		234.854.536,67	190.059.173,82
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	773.904,59	-
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário		773.904,59	-
Relações Interdependências	14	4.812.433,99	4.476.188,11
Recursos em Trânsito de Terceiros		4.812.433,99	4.476.188,11
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	-	449.922,29
Empréstimos No País - Outras Instituições		-	449.922,29
Outras Obrigações	16	7.030.825,87	6.814.424,36
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		461,66	31.841,87
Sociais e Estatutárias	16.1	2.263.899,56	1.882.834,88
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	16.2	339.087,85	354.187,51
Diversas	16.3	4.115.861,91	4.316.364,77
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	16.4	311.514,89	229.195,33
Não Circulante		2.460,31	452,81
Outras Obrigações	16	2.460,31	452,81
Diversas	16.3	2.460,31	452,81
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	49.816.962,24	45.091.141,45
Capital Social	18.1	28.396.845,87	28.623.978,78
De Domiciliados No País		29.208.012,29	29.312.075,41
(-) Capital A Realizar		(811.166,42)	(688.096,63)
Reserva de Sobras	18.2	16.602.864,47	9.343.746,62
Sobras ou Perdas Acumuladas	18.3	4.817.251,90	7.123.416,05
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		394.029.565,56	307.597.271,69



Gaspar Laus
Presidente



Eduardo Pizzolatti de Miranda Ramos
Diretor Administrativo



Camila Erika Nicolau
Contadora

CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Sobras ou Perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro

					Em Reais
Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		13.747.275,31	28.150.354,99	16.872.590,93	33.204.609,91
Operações de Crédito	19	11.415.598,87	22.471.788,91	11.664.252,59	22.771.539,05
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		595.397,14	1.372.179,30	551.075,43	1.559.340,23
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.736.279,30	4.306.386,78	4.657.262,91	8.873.730,63
Dispêndio da Intermediação Financeira	20	(3.116.592,42)	(8.421.976,47)	(7.415.359,70)	(14.383.568,49)
Operações de Captação no Mercado		(2.351.235,20)	(5.744.464,09)	(5.152.715,42)	(10.322.020,43)
Operações de Empréstimos e Repasses		(735,54)	(2.759,77)	(2.097,79)	(4.806,54)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(764.621,68)	(2.674.752,61)	(2.260.546,49)	(4.056.741,52)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		10.630.682,89	19.728.378,52	9.457.231,23	18.821.041,42
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(6.343.593,47)	(10.526.224,37)	(5.147.482,60)	(9.568.018,29)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	21	1.388.747,09	2.844.456,75	1.555.763,40	2.905.262,96
Rendas (Ingressos) de Tarifas	22	1.591.601,52	3.161.936,65	1.635.550,99	3.191.928,85
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	23	(4.319.661,50)	(8.666.603,50)	(4.240.951,76)	(7.863.853,01)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	24	(4.321.016,49)	(8.336.626,70)	(4.799.480,78)	(8.930.562,35)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(112.298,02)	(250.674,51)	(109.266,63)	(196.465,25)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	25	1.430.741,97	3.023.685,98	1.322.142,70	2.490.146,70
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	26	(1.892.895,05)	(2.253.948,92)	(496.313,08)	(1.072.387,82)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(108.812,99)	(48.450,12)	(14.927,44)	(92.088,37)
Resultado Operacional		4.287.089,42	9.202.154,15	4.309.748,63	9.253.023,13
Outras Receitas e Despesas	27	199.647,95	272.217,92	220.654,58	301.512,28
Outras Receitas		246.599,09	340.363,77	409.297,34	549.720,06
Outras Despesas		(1.577,83)	(8.722,52)	(14.813,75)	(38.255,10)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		(45.373,31)	(59.423,33)	(173.829,01)	(209.952,68)
Resultado Antes da Tributação e Participações		4.486.737,37	9.474.372,07	4.530.403,21	9.554.535,41
Imposto de Rendas		(46.818,75)	(78.577,37)	(38.029,83)	(77.331,13)
Contribuição Social		(33.445,63)	(60.346,42)	(29.271,26)	(60.798,68)
Participações nos Resultados de Empregados		(373.007,68)	(769.994,52)	(389.640,60)	(756.340,38)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		4.033.465,31	8.565.453,76	4.073.461,52	8.660.065,22
Destinações Legais e Estatutárias		-	(3.748.201,86)	-	(1.536.649,17)
FATES		-	(50.792,04)	-	(201.008,66)
Reserva Legal		-	(1.344.420,27)	-	(890.427,01)
Outras Destinações Estatutárias		-	(2.688.840,54)	-	(445.213,50)
Reversões de Reservas		-	335.850,99	-	-
Sobras/Perdas Líquidas		4.033.465,31	4.817.251,90	4.073.461,52	7.123.416,05



Gaspar Laus
Presidente



Eduardo Pizzolatti de Miranda Ramos
Diretor Administrativo



Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Em Reais			
	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Antes das Destinações	4.033.465,31	8.565.453,76	4.073.461,52	8.660.065,22
Distribuição de Sobras e Dividendos	(576.294,54)	(1.036.900,40)	(392.923,52)	(746.646,00)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	764.621,68	2.674.752,61	2.260.546,49	4.056.741,52
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	340.122,18	607.716,76	317.774,88	627.258,47
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens	-	-	130.000,00	130.000,00
Depreciações e Amortizações	164.159,23	299.238,81	126.671,66	219.435,02
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações	4.726.073,86	11.110.261,54	6.515.531,03	12.946.854,23
Aumento (redução) em ativos operacionais	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	(595.397,14)	(51.300.736,50)	28.936.813,35	101.741.254,84
Operações de Crédito	(21.552.448,90)	(34.240.668,83)	(10.006.644,27)	(16.855.245,11)
Outros Créditos	630.130,68	203.016,53	543.610,63	(110.085,83)
Outros Valores e Bens	(319.463,53)	(355.346,39)	36.230,40	(16.776,64)
Aumento (redução) em passivos operacionais	-	-	-	-
Depósitos à Vista	39.453.157,48	36.011.847,31	7.665.646,41	12.812.065,78
Depósitos sob Aviso	8.240,27	20.625,73	22.456,78	31.757,42
Depósitos à Prazo	26.235.323,07	44.795.362,85	10.824.007,85	22.963.762,58
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	773.904,59	773.904,59	-	-
Relações Interdependências	4.812.165,52	336.245,88	4.475.022,14	(1.279.126,43)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(259.944,92)	(449.922,29)	38.250,61	(140.287,58)
Outras Obrigações	331.494,06	(250.383,96)	984.435,86	592.390,34
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(145.750,90)	(145.750,90)	509.783,46	509.783,46
FATES Sobras Exercício	94.958,86	94.958,86	(710.792,12)	(710.792,12)
Imposto de Renda	(46.818,75)	(78.577,37)	(38.029,83)	(77.331,13)
Contribuição Social	(33.445,63)	(60.346,42)	(29.271,26)	(60.798,68)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	54.112.178,62	6.464.490,63	49.767.051,04	132.347.425,13
Atividades de Investimentos	-	-	-	-
Distribuição Sobras da Central	576.294,54	1.036.900,40	392.923,52	746.646,00
Aquisição de Intangível	-	(609,57)	474,12	2.339,10
Aquisição de Imobilizado de Uso	(858.586,93)	(1.035.888,26)	(692.577,95)	(702.489,85)
Aquisição de investimentos	(2.415.770,70)	(3.284.882,54)	(76.069,92)	(76.069,92)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(2.698.063,09)	(3.284.479,97)	(375.250,23)	(29.574,67)
Atividades de Financiamentos	-	-	-	-
Aumento por Novos Aportes de Capital	652.462,47	1.111.816,57	564.237,73	1.344.932,10
Devolução de Capital à Cooperados	(738.204,54)	(1.357.224,77)	(455.250,90)	(1.070.382,24)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(84.233,80)	(84.233,80)	-	(42.488,09)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	(3.459.198,93)	(3.459.198,93)	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(3.629.174,80)	(3.788.840,93)	108.986,83	232.061,77
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	47.784.940,73	(608.830,27)	49.500.787,64	132.549.912,23
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	135.941.492,69	184.335.263,69	134.834.476,05	51.785.351,46
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	183.726.433,42	183.726.433,42	184.335.263,69	184.335.263,69
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	47.784.940,73	(608.830,27)	49.500.787,64	132.549.912,23



Gaspar Laus
Presidente



Eduardo Pizzolatti de Miranda Ramos
Diretor Administrativo



Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

Eventos	Capital Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reservas de Reserva Legal	Sobras Estatutárias	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
Saldo em 31/12/2018	25.398.322,15	(743.486,84)	2.917.718,63	3.170.242,42	5.657.226,79	36.400.023,15
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	1.920.145,06	(1.920.145,06)	-
Ao Capital	3.694.593,61	-	-	-	(3.694.593,61)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(42.488,09)	(42.488,09)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.289.541,89	55.390,21	-	-	-	1.344.932,10
Por Devolução (-)	(1.070.382,24)	-	-	-	-	(1.070.382,24)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	8.660.065,22	8.660.065,22
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	509.783,46	509.783,46
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	890.427,01	-	(890.427,01)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	445.213,50	(445.213,50)	-
F A T E S	-	-	-	-	(710.792,12)	(710.792,12)
Saldo em 31/12/2019	29.312.075,41	(688.096,63)	3.808.145,64	5.535.600,98	7.123.416,08	45.091.141,48
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	3.561.708,03	(3.561.708,03)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(3.459.198,93)	(3.459.198,93)
Ao Capital	18.275,29	-	-	-	(18.275,29)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(84.233,80)	(84.233,80)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.234.886,36	(123.069,79)	-	-	-	1.111.816,57
Por Devolução (-)	(1.357.224,77)	-	-	-	-	(1.357.224,77)
Reversões de Reservas	-	-	-	(335.850,99)	335.850,99	-
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	8.565.453,76	8.565.453,76
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	(145.750,90)	(145.750,90)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	1.344.420,27	-	(1.344.420,27)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	2.688.840,54	(2.688.840,54)	-
F A T E S	-	-	-	-	94.958,86	94.958,86
Saldo em 31/12/2020	29.208.012,29	(811.166,42)	5.152.565,91	11.450.298,56	4.817.251,93	49.816.962,27
Saldo em 30/06/2019	29.206.241,80	(691.249,85)	2.917.718,63	5.090.387,48	4.586.603,70	41.109.701,76
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	561.084,51	3.153,22	-	-	-	564.237,73
Por Devolução (-)	(455.250,90)	-	-	-	-	(455.250,90)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	4.073.461,52	4.073.461,52
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	509.783,46	509.783,46
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	890.427,01	-	(890.427,01)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	445.213,50	(445.213,50)	-
F A T E S	-	-	-	-	(710.792,12)	(710.792,12)
Saldo em 31/12/2019	29.312.075,41	(688.096,63)	3.808.145,64	5.535.600,98	7.123.416,05	45.091.141,45
Saldo em 30/06/2020	29.103.028,28	(638.715,63)	3.808.145,64	5.535.600,98	11.655.404,50	49.463.463,77
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	3.561.708,03	(3.561.708,03)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(3.459.198,93)	(3.459.198,93)
Ao Capital	18.275,29	-	-	-	(18.275,29)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(84.233,80)	(84.233,80)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	824.913,26	(172.450,79)	-	-	-	652.462,47
Por Devolução (-)	(738.204,54)	-	-	-	-	(738.204,54)
Reversões de Reservas	-	-	-	(335.850,99)	335.850,99	-
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	4.033.465,31	4.033.465,31
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	(145.750,90)	(145.750,90)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	1.344.420,27	-	(1.344.420,27)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	2.688.840,54	(2.688.840,54)	-
F A T E S	-	-	-	-	94.958,86	94.958,86
Saldo em 31/12/2020	29.208.012,29	(811.166,42)	5.152.565,91	11.450.298,56	4.817.251,90	49.816.962,24



Gaspar Laus
Presidente



Eduardo Pizzolatti de Miranda Ramos
Diretor Administrativo



Camila Erika Nicolau
Contadora

CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração de Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

DRA	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	Em Reais
				31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	4.033.465,31	8.565.453,76	4.073.461,52	8.660.065,22
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	4.033.465,31	8.565.453,76	4.073.461,52	8.660.065,22

**Gaspar Laus**
Presidente**Eduardo Pizzolatti de Miranda Ramos**
Diretor Administrativo**Camila Erika Nicolau**
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC**COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **13/07/2001**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB ADVOCACIA**, sediada na cidade de Florianópolis, possui **12** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ITAJAÍ - SC, VIDEIRA - SC, CONCÓRDIA - SC, CHAPECÓ - SC, CRICIÚMA - SC, BLUMENAU - SC, BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC, FLORIANÓPOLIS - SC, JOINVILLE - SC, SÃO JOSÉ - SC, JOAÇABA - SC.**

O **SICOOB ADVOCACIA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 25/01/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN 4.818, de 29 de maio de 2020, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução nº2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

O Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão:

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados no balanço patrimonial e demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	1.800.355,32	1.351.294,07
Depósitos bancários	70.780,51	46.374,35
Títulos e Valores Mobiliários	-	9.020.387,70
Relações interfinanceiras – Centralização Financeira (a)	181.855.297,59	173.917.207,57
Total	183.726.433,42	184.335.263,69

(a) Refere-se, substancialmente a centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015. Cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$4.306.386,78 e R\$8.873.730,63.

5. Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	2.245.749,87	58.667.139,39	-	9.612.152,76
TOTAL	2.245.749,87	58.667.139,39	-	9.612.152,76

Referem-se a aplicações em Recibos de Depósitos Cooperativo – RDC, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de 100% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Títulos de Renda Fixa	-	2.245.749,87	58.667.139,39	60.912.889,26
TOTAL	-	2.245.749,87	58.667.139,39	60.912.889,26

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	53.429,70	-	53.429,70	61.331,38
Cheque Especial / Conta Garantida	2.697.086,79	-	2.697.086,79	3.348.105,48
Empréstimos	41.147.081,53	70.542.543,49	111.689.625,02	80.937.326,03
Títulos Descontados	3.570.324,06	-	3.570.324,06	4.944.615,24
Financiamentos	7.782.939,78	17.386.471,79	25.169.411,57	21.776.530,72
Total de Operações de Crédito	55.250.861,86	87.929.015,28	143.179.877,14	111.067.908,85
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.155.562,49)	(4.737.761,45)	(7.893.323,94)	(7.347.271,87)
TOTAL	52.095.299,37	83.191.253,83	135.286.553,20	103.720.636,98

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A	-	Normal	7.794.885,46	11.157,40	2.233.982,54	10.040.025,40	-	2.465.909,95	-
A	0,50 %	Normal	24.491.679,20	679.525,56	6.927.774,94	32.098.979,70	(160.494,90)	31.225.584,12	(156.128,00)
B	1%	Normal	33.857.731,75	314.047,60	6.759.117,42	40.930.896,77	(409.308,97)	32.665.034,12	(326.650,34)
B	1%	Vencidas	786.981,24	7.140,29	-	794.121,53	(7.941,22)	717.850,91	(7.178,51)
C	3%	Normal	30.518.702,03	876.886,58	7.358.254,78	38.753.843,39	(1.162.615,30)	26.244.541,84	(787.336,26)
C	3%	Vencidas	1.243.526,45	36.652,27	207.396,86	1.487.575,58	(44.627,00)	1.110.341,85	(33.310,26)
D	10%	Normal	6.365.305,50	312.041,94	1.349.685,74	8.027.033,18	(802.703,32)	4.998.906,64	(499.890,66)
D	10%	Vencidas	842.226,44	1.197,73	71.122,28	914.546,45	(91.454,65)	839.289,85	(83.928,99)
E	30%	Normal	3.000.134,19	198.863,89	164.833,62	3.363.831,70	(1.009.149,51)	3.165.122,79	(949.536,84)

E	30%	Vencidas	991.422,08	7.717,71	-	999.139,79	(299.741,94)	1.724.935,87	(517.480,76)
F	50%	Normal	1.307.342,59	83.275,68	30.812,92	1.421.431,19	(710.715,60)	2.579.729,21	(1.289.864,61)
F	50%	Vencidas	1.191.779,42	13.366,48	-	1.205.145,90	(602.572,95)	579.453,68	(289.726,84)
G	70%	Normal	397.253,61	24.536,76	17.274,98	439.065,35	(307.345,75)	380.834,48	(266.584,14)
G	70%	Vencidas	1.314.038,46	84.593,54	-	1.398.632,00	(979.043,62)	769.062,06	(538.344,18)
H	100%	Normal	307.990,28	46.793,27	-	354.783,55	(354.783,55)	400.225,60	(400.225,60)
H	100%	Vencidas	848.950,38	52.719,79	49.155,49	950.825,66	(950.825,66)	1.201.085,88	(1.201.085,88)
Total Normal			108.041.024,61	2.547.128,68	24.841.736,94	135.429.890,23	(4.917.116,90)	104.125.888,75	(4.676.216,45)
Total Vencidos			7.218.924,47	203.387,81	327.674,63	7.749.986,91	(2.976.207,04)	6.942.020,10	(2.671.055,42)
Total Geral			115.259.949,08	2.750.516,49	25.169.411,57	143.179.877,14	(7.893.323,94)	111.067.908,85	(7.347.271,87)
Provisões			(6.944.399,20)	(351.539,73)	(597.385,01)	(7.893.323,94)		(7.347.271,87)	
Total Líquido			108.315.549,88	2.398.976,76	24.572.026,56	135.286.553,20		103.720.636,98	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	53.429,70	-	-	53.429,70
Cheque Especial / Conta Garantida	2.697.086,79	-	-	2.697.086,79
Empréstimos	10.095.345,70	31.051.735,83	70.542.543,49	111.689.625,02
Títulos Descontados	3.148.402,78	421.921,28	-	3.570.324,06
Financiamentos	2.144.358,39	5.638.581,39	17.386.471,79	25.169.411,57
TOTAL	18.138.623,36	37.112.238,50	87.929.015,28	143.179.877,14

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	519.219,89	-	519.219,89	0,36%
Setor Privado - Indústria	168.562,51	-	168.562,51	0,12%
Setor Privado - Serviços	51.234.876,50	8.106.129,46	59.341.005,96	41,45%
Pessoa Física	66.072.886,32	17.063.282,11	83.136.168,43	58,06%
Outros	14.920,35	-	14.920,35	0,01%
TOTAL	118.010.465,57	25.169.411,57	143.179.877,14	100,00%

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	7.118.784,79	4,97%	5.337.183,23	4,81%
10 Maiores Devedores	20.492.450,70	14,31%	16.438.057,76	14,80%
50 Maiores Devedores	42.778.799,36	29,88%	35.355.202,09	31,83%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	7.487.377,46	6.522.331,55
Valor das operações transferidas no período	2.379.080,88	1.647.975,82
Valor das operações renegociadas no período	-	(7.845,28)
Valor das operações recuperadas no período	(1.006.441,97)	(675.084,63)
TOTAL	8.860.016,37	7.487.377,46

7. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	121.666,44	-	240.623,87	-
Rendas a Receber	1.131.513,64	-	1.112.132,01	-
Serviços prestados a receber	227.805,47	-	10.215,33	-
Outras rendas a receber	15.926,63	-	12.866,53	-
Rendimentos Centralização Financeira (b)	887.781,54	-	1.089.050,15	-
Diversos	2.021.616,50	-	2.286.429,86	-
Adiantamentos e antecipações salariais	24.820,87	-	18.001,40	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	170,96	-	1.000,00	-
Adiantamento por conta de Imobilizações	-	-	188.824,89	-
Devedores por compra de valores e bens (c)	1.747.551,16	-	1.872.150,38	-
Títulos e créditos a receber	106.679,67	-	129.612,80	-
Devedores diversos – país (d)	142.393,84	-	76.840,39	-
Devedores por depósitos em garantia	-	-	-	11.199,39
Ativos Fiscais Correntes E Diferidos	14.537,74	-	71.852,26	-
Impostos E Contribuições A Compensar	14.537,74	-	70.389,12	-
Imposto De Renda A Recuperar	-	-	1.463,14	-
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(290.836,18)	-	(357.360,74)	(163.361,98)
(-) Com características de concessão de crédito (e)	(132.261,46)	-	(195.595,24)	(163.361,98)
(-) Sem características de concessão de crédito	(158.574,72)	-	(161.765,50)	-
TOTAL	2.998.498,14	-	3.353.677,26	(152.162,59)

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCOOB**, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber do SICOOB CENTRAL SC/RS referente ao mês de dezembro de 2020.

(c) Devedores por compra de valores e bens, estão registrados valores referentes a venda de bens recebidos como objeto de dação em pagamento e/ou expropriação de bens alocados em garantia nas operações de crédito.

(d) Refere-se, substancialmente a pendências a regularizar de atividades financeiras.

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Outros Créditos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
B	1%	Vencidas	-	-	-	83.333,41	(833,33)
C	3%	Normal	1.747.551,16	1.747.551,16	(52.426,53)	-	-
D	10%	Normal	-	-	-	1.788.816,97	(178.881,70)
E	30%	Normal	-	-	-	30.787,95	(9.236,39)
E	30%	Vencidas	44.453,87	44.453,87	(13.336,16)	33.512,67	(10.053,80)
F	50%	Vencidas	21.063,72	21.063,72	(10.531,86)	17.532,69	(8.766,35)
G	70%	Normal	606,51	606,51	(424,56)	1.648,39	(1.153,87)
G	70%	Vencidas	-	-	-	23.701,31	(16.590,92)
H	100%	Vencidas	55.542,34	55.542,34	(55.542,34)	133.440,86	(133.440,86)
Total Normal			1.748.157,67	1.748.157,67	(52.851,09)	1.821.253,31	(189.271,96)
Total Vencidos			121.059,93	121.059,93	(79.410,36)	291.520,94	(169.685,26)
Total Geral			1.869.217,60	1.869.217,60	(132.261,46)	2.112.774,25	(358.957,22)
Provisões			(132.261,46)	(132.261,46)		(358.957,22)	
Total Líquido			1.736.956,14	1.736.956,14		1.753.817,03	

8. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio (a)	2.284.060,99	1.937.416,58
Material em Estoque	5.162,72	14.016,60
(-) Provisões para Desvalorizações (b)	(130.000,00)	(130.000,00)
Despesas Antecipadas (c)	62.454,36	44.898,50
TOTAL	2.221.678,07	1.866.331,68

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, IPTU, processamento de dados, software e outros.

9. Investimentos

O saldo é representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS**.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito	6.924.884,85	3.640.002,31
TOTAL	6.924.884,85	3.640.002,31

(a) A variação durante o exercício de 2020 está representada pelo aporte de capital nos termos do artigo 24, e § 4º do Estatuto Social do SICOOB CENTRAL SC/RS, o montante equivalente a no mínimo 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido data-base 31/12/19 no montante de R\$869.111,84, e nos termos do artigo 24 § 4º conforme deliberação em AGE – Assembleia Geral Extraordinária de 27/08/2020 no montante de R\$2.415.770,70.

10. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Instalações	10%	338.216,51	228.353,06
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(123.266,19)	(94.358,66)
Móveis e Equipamentos	10%	2.596.536,43	2.163.639,29
(-) Depreciação Acumulada de Móveis e Equipamentos		(1.238.848,14)	(1.078.903,49)
Benfeitorias Em Imóveis De Terceiros		407.330,00	-
(-) Depreciação Acumulada de Benfeitorias		(22.458,65)	-
TOTAL		1.957.509,96	1.218.730,20

11. Intangível

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sistemas De Processamento De Dados	66.481,17	66.481,17
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(65.362,51)	(63.841,77)
TOTAL	1.118,66	2.639,40

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósito à Vista	95.893.608,64	59.881.761,33
Depósito Sob Aviso	844.833,25	824.207,52
Depósito a Prazo	234.854.536,67	190.059.173,82
TOTAL	331.592.978,56	250.765.142,67

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas Singulares de Crédito e os Bancos Cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	7.169.881,10	2,16%	7.274.341,69	2,90%
10 Maiores Depositantes	48.603.274,74	14,62%	39.723.542,50	15,84%
50 Maiores Depositantes	111.499.106,87	33,55%	85.064.031,45	33,92%

O total da Carteira está representado pelos Depósitos e Letras de Crédito do Letras de Crédito Imobiliário - LCI

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).. São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	773.904,59	-
TOTAL	773.904,59	-

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ordens de Pagamento	4.812.273,78	4.476.135,57
Cobrança de terceiros em Trânsito	50,00	-
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	110,21	52,54
TOTAL	4.812.433,99	4.476.188,11

15. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central	-	449.922,29
TOTAL	-	449.922,29

16. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	461,66	31.841,87
Sociais e Estatutárias	2.263.899,56	1.882.834,88
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	339.087,85	354.187,51

Diversas	4.118.322,22	4.316.817,58
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	311.514,89	229.195,33
TOTAL	7.030.825,87	6.814.877,17

16.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	448.140,09	466.733,40
Resultado de Atos com não associados	350.730,47	281.345,12
Gratificações e Participações a Pagar	368.051,08	378.072,33
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.096.977,92	756.684,03
TOTAL	2.263.899,56	1.882.834,88

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.2 Obrigações Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos E Contribuições S/Serviços De Terceiros	28.976,22	24.417,06
Impostos E Contribuições Sobre Salários	230.489,07	224.551,82
Outros	79.622,56	105.218,63
TOTAL	339.087,85	354.187,51

16.3 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações Por Aquisição De Bens E Direitos	58.307,66	189.040,31
Obrigações De Pagamento Em Nome De Terceiros	315.268,61	310.949,91
Provisão Para Pagamentos A Efetuar (a)	1.375.794,73	1.079.453,14
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (b)	486.093,24	437.643,12
Credores Diversos – País (c)	1.882.857,98	2.299.731,10
TOTAL	4.118.322,22	4.316.817,58

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2020**, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 20.896.419,78 (R\$ 18.173.818,91 em **31/12/2019**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Refere-se, substancialmente a créditos de terceiros e a pendências a regularizar.

16.4 Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais, trabalhistas e cíveis em que a Cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

DESCRIÇÃO	2020		2019	
	Provisão	Depósito	Provisão	Depósito
Trabalhistas	-	-	50.000,00	10.113,16
Cíveis	311.514,89	-	179.195,33	-

Outros	-	-	-	1.086,23
	311.514,89	-	229.195,33	11.199,39

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, portanto, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", a Cooperativa reconhece a provisão e quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB ADVOCACIA**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$102.984,46. Essas ações abrangem, basicamente, ações trabalhistas e cíveis acerca das principais características das ações, quando relevantes.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

17. Instrumentos financeiros

O **SICOOB ADVOCACIA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Patrimônio líquido

18.1) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	28.396.845,87	28.623.978,78
Associados	9.590	8.873

18.2) Reserva de Sobras

18.2.1) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, quando do encerramento do exercício social utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Em deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada aos 22/09/2020, ATA sumaria item IV, foi proferida alteração dos percentuais das destinações estatutárias das sobras de **10%** para **15%**.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	3.808.145,64	2.917.718,63
Destinação	1.344.420,27	890.427,01
TOTAL	5.152.565,91	3.808.145,64

18.2.2) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, utilizada para cobertura de perdas de receitas ou incremento de despesas conforme regulamento específico.

Em deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada aos 22/09/2020, ATA sumaria item IV, foi proferida alteração dos percentuais das destinações estatutárias das sobras de **5%** para **30%**.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
-----------	------------	------------

Saldo Inicial	5.535.600,98	3.170.242,42
(-) Utilização (a)	(335.850,99)	-
Destinação	2.688.840,54	445.213,50
Destinação Assembleia Geral Ordinária - AGO	3.561.708,03	1.920.145,06
TOTAL	11.450.298,56	5.535.600,98

(a) Utilização para absorção de despesas de provisão de operações de crédito de acordo com o Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F. Seção I artigo 3º.

18.3) Sobras Acumuladas

18.3.1) Sobras a Disposição da Assembleia

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22/09/2020 os cooperados deliberaram a distribuição da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**, no valor de R\$7.123.416,05 (sete milhões, cento e vinte e três mil, quatrocentos e dezesseis reais e cinco centavos), a qual foi destinada da seguinte forma:

Descrição	22/09/2020
Em Conta Corrente do Associado	3.459.198,93
Ao Capital (a)	18.275,29
Cotas de Capital à Pagar - Ex Associados (b)	84.233,80
Fundo de Estabilidade Financeira – FEF	3.561.708,03
Sobras Distribuídas	7.123.416,05

(a) Corresponde as sobras distribuídas aos associados em processo de desligamento com conta corrente encerrada.

(b) Corresponde as sobras distribuídas aos associados desligados.

18.3.2) Destinação das Sobras aos Fundos Obrigatórios

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de sobras acumuladas e as destinações estatutárias e legais da sobra líquida foram:

Descrição	2020	2019
01. Sobras Líquidas do Período	8.565.453,76	8.660.065,22
02. Utilização de Reservas	543.098,95	509.783,46
(+) FATES	543.098,95	509.783,46
03. Resultado do Período (3+4)	9.108.552,71	9.169.848,68
04. Destinações Estatutárias e Legais	(4.627.151,80)	(2.046.432,63)
(-) FATES Resultado com Não Associados	(145.750,90)	(265.578,62)
(-) FATES 5%	(448.140,09)	(445.213,50)
(-) Reserva Legal 15%	(1.344.420,27)	(890.427,01)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF 30%	(2.688.840,54)	(445.213,50)
05. Reversão de Reservas	335.850,99	-
(+) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF	335.850,99	-
06. Sobra à disposição da Assembleia Geral (3+4+6)	4.817.251,90	7.123.416,05

19. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	256.393,30	297.353,28	44.119,57	87.383,85
Rendas de Empréstimos	8.460.440,41	17.144.664,39	9.082.590,86	17.650.807,46
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	431.807,70	971.732,49	612.771,67	1.263.305,42
Rendas de Financiamentos	1.464.203,40	3.048.391,88	1.642.843,88	3.057.830,18
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	802.754,06	1.009.646,87	281.926,61	712.212,14
TOTAL	11.415.598,87	22.471.788,91	11.664.252,59	22.771.539,05

20. Dispêndio da Intermediação Financeira

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Despesas de Captação	(2.351.235,20)	(5.744.464,09)	(5.152.715,42)	(10.322.020,43)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(735,54)	(2.759,77)	(2.097,79)	(4.806,54)
Provisões para Operações de Crédito	(2.688.747,22)	(7.619.728,72)	(4.090.475,00)	(7.427.650,06)
Provisões para Outros Créditos	(142.742,58)	(251.292,74)	(304.466,49)	(468.016,39)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	1.833.502,07	4.890.211,84	2.070.703,84	3.688.781,99
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	233.366,05	306.057,01	63.691,16	150.142,94
TOTAL	(3.116.592,42)	(8.421.976,47)	(7.415.359,70)	(14.383.568,49)

21. Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Rendas De Cobrança	560.027,68	1.081.496,52	622.011,18	1.221.217,50
Tarifa Anuidade Cartão De Crédito	250.912,94	616.239,08	346.196,55	604.436,06
Outras Rendas Serviços - Atos Cooperativos	1.052,61	1.140,55	22,17	92,27
Rendas Prestação De Serviços - Comissão	72.134,07	138.565,32	114.089,75	223.531,01
Rendas Transações Intercredis	33.833,46	59.571,69	34.459,26	55.970,55
Rendas Intercâmbio - Cartão De Crédito	203.956,70	432.173,96	209.167,01	372.540,66
Rendas Intercâmbio - Cartão De Débito	96.115,45	188.562,09	83.662,89	143.214,25
Rendas Prestação Serviço - Comissão Poupança	47.811,93	88.053,61	4.809,66	6.646,20
Rendas De Outros Serviços	122.902,25	238.653,93	141.344,93	277.614,46
TOTAL	1.388.747,09	2.844.456,75	1.555.763,40	2.905.262,96

22. Rendas (Ingressos) de Tarifas

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Rendas De Pacotes De Serviços - PF	430.302,63	849.833,53	418.871,90	840.967,10
Rendas De Serviços Prioritários - PF	424.219,00	837.941,65	439.156,95	829.031,27
Rendas De Serviços Diferenciados - PF	148.110,51	303.144,72	156.705,45	324.316,25
Rendas De Tarifas Bancárias - PJ	588.969,38	1.171.016,75	620.816,69	1.197.614,23
TOTAL	1.591.601,52	3.161.936,65	1.635.550,99	3.191.928,85

23. Despesa (Dispêndios) de Pessoal

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(11.207,54)	(23.413,08)	(14.979,98)	(37.512,92)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(405.443,52)	(812.649,90)	(410.759,26)	(803.815,15)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(951.235,60)	(1.987.458,68)	(878.626,27)	(1.612.859,09)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(804.144,45)	(1.578.864,77)	(765.014,58)	(1.436.856,71)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.096.316,57)	(4.179.789,72)	(2.071.368,49)	(3.803.238,54)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(40.676,67)	(55.892,94)	(86.186,77)	(140.923,70)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(10.637,15)	(28.534,41)	(14.016,41)	(28.646,90)
TOTAL	(4.319.661,50)	(8.666.603,50)	(4.240.951,76)	(7.863.853,01)

24. Despesas (Dispêndios) Administrativas

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(43.360,52)	(81.248,41)	(27.991,24)	(59.040,37)
Despesas de Aluguéis	(418.255,33)	(746.153,37)	(332.076,64)	(627.942,36)

Despesas de Comunicações	(328.822,93)	(591.582,76)	(247.841,71)	(467.081,97)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(54.788,94)	(142.603,37)	(173.076,16)	(511.746,84)
Despesas de Material	(24.489,73)	(45.829,59)	(73.636,20)	(100.932,04)
Despesas de Processamento de Dados	(347.445,84)	(780.311,82)	(431.714,21)	(807.521,46)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(197.627,73)	(229.358,16)	(239.050,53)	(321.311,23)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(43.320,00)	(120.693,58)	(139.115,72)	(225.267,40)
Despesas de Publicações	-	(23.762,50)	(3.701,60)	(16.008,99)
Despesas de Seguros	(24.016,23)	(44.974,05)	(15.336,65)	(19.761,30)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(657.803,25)	(1.466.810,06)	(927.100,71)	(1.753.675,42)
Despesas de Serviços de Terceiros	(384.912,61)	(678.121,37)	(247.457,21)	(529.762,99)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(335.600,27)	(667.709,37)	(332.668,71)	(600.017,38)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(283.181,92)	(503.528,45)	(262.959,68)	(461.389,95)
Despesas de Transporte	(139.260,38)	(243.187,97)	(210.611,03)	(382.591,02)
Despesas de Viagem no País	(5.346,70)	(71.281,74)	(119.316,78)	(202.983,13)
Despesas de Amortização	(340,22)	(2.130,31)	-	-
Despesas de Depreciação	(163.819,01)	(297.108,50)	(126.671,66)	(219.435,02)
Outras Despesas Administrativas	(234.194,94)	(375.551,28)	(216.094,07)	(331.727,32)
Emolumentos judiciais e cartorários	(44.650,09)	(83.085,74)	(37.515,26)	(73.775,22)
Contribuição a OCE	(14.969,87)	(29.224,66)	(17.627,92)	(35.255,78)
Rateio de despesas da Central	(516.988,15)	(983.941,97)	(554.448,86)	(1.019.045,77)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(57.821,83)	(128.427,67)	(63.468,23)	(164.289,39)
TOTAL	(4.321.016,49)	(8.336.626,70)	(4.799.480,78)	(8.930.562,35)

25. Outras Receitas (Ingressos) Operacionais

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Recuperação De Encargos E Despesas	126.460,98	293.119,60	133.050,21	284.163,06
Deduções E Abatimentos	1.484,66	1.485,14	16,90	16,92
Distribuição De Sobras Da Central	576.294,54	1.036.900,40	392.923,52	746.646,00
Premiações	11.703,69	11.703,69	-	-
Rendas oriundas de cartões de crédito	710.637,98	1.630.126,14	728.530,45	1.359.622,10
Outras Rendas Operacionais	4.160,12	50.351,01	67.621,62	99.698,62
TOTAL	1.430.741,97	3.023.685,98	1.322.142,70	2.490.146,70

26. Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Outras Despesas Operacionais	(240.277,14)	(346.954,69)	(237.125,79)	(602.339,84)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(1.420.234,23)	(1.423.037,97)	(31.561,80)	(38.182,42)
Descontos concedidos - operações de crédito	(140.765,77)	(275.040,22)	(125.863,49)	(224.911,21)
Cancelamento - tarifas pendentes	(91.617,91)	(208.916,04)	(101.762,00)	(206.954,35)
TOTAL	(1.892.895,05)	(2.253.948,92)	(496.313,08)	(1.072.387,82)

27. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Ganhos de Capital	2.264,02	4.631,44	4.888,23	7.277,36
Reversão de Provisões não Operacionais	7.536,73	7.674,44	17.845,23	18.267,51
Outras Rendas não Operacionais	244.335,07	335.732,33	404.409,11	542.442,70
(-) Perdas de Capital	(790,51)	(7.935,20)	(11.063,75)	(12.505,10)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(52.910,04)	(67.097,77)	(191.674,24)	(228.220,19)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(787,32)	(787,32)	(3.750,00)	(25.750,00)
TOTAL	199.647,95	272.217,92	220.654,58	301.512,28

28. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas liberadas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores Liberados	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Vínculo de Grupo Econômico	889.371,63	0,62%	35.389,65
Sem vínculo de Grupo Econômico	563.774,65	0,39%	12.381,73
TOTAL	1.453.146,28	1,01%	47.771,38
Montante das Operações Passivas	11.255.962,97	4,75%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2020:

Natureza da Operação de Crédito	Saldo Devedor	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Cheque Especial	15.361,34	148,82	0,81%
Conta Garantida	8.554,32	252,32	0,99%
Empréstimos	1.368.788,83	34.631,20	1,23%
Financiamentos	151.592,84	1.364,06	0,60%
Títulos Descontados	56.952,62	162,48	1,60%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Modalidade	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.596.626,31	1,67%	-
Depósitos a Prazo	7.096.994,00	3,01%	0,16%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	30.034,97	3,88%	0,12%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Direitos Creditórios Descontados	1,92%
Empréstimos	1,13%
Financiamentos Rurais - repasses	1,00%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	91,20%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,13%

d) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	0,60%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,39%
Aplicações Financeiras	4,75%

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	665.163,94
Financiamentos	362.287,96

f) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

31/12/2020	31/12/2019
403.951,15	406.070,08

g) Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Honorários – Conselho Fiscal	(23.413,08)	(37.512,92)
Honorários – Diretoria e Conselho De Administração	(812.649,90)	(803.815,15)
Encargos Sociais	(127.886,20)	(135.265,47)
Participação Nos Resultados	(769.994,52)	(756.340,38)
Seguros	(29.386,57)	(30.029,82)
Plano De Saúde	(304.049,32)	(273.901,69)
Alimentação	(1.457.196,95)	(1.225.009,54)
TOTAL	(3.524.576,54)	(3.261.874,97)

29. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB ADVOCACIA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

30. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

30.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (*RWAopad*) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

30.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do *VaR – Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtest do VaR* das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

30.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

30.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

30.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

31. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013.

O **SICOOB ADVOCACIA** adota a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) definido na Resolução CMN nº 4.606/2017, e o Índice de Basileia, definido na Resolução CMN nº 4.193/2013 e atualizado pela Circular BCB nº 3.678/2013, o qual permite avaliar se o montante de capital regulamentar mantido pela entidade é suficiente para fazer frente aos riscos em que ela está exposta.

O Patrimônio de Referência (PR) do **SICOOB ADVOCACIA** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência (PR)	45.927.703,71	42.553.258,47
Índice de Basileia - IB%	21,09	26,37



Gaspar Laus
Presidente



Eduardo Pizzolatti de Miranda Ramos
Diretor Administrativo



Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina - Sicoob Advocacia
Florianópolis – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina - Sicoob Advocacia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Advocacia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 29 de janeiro de 2021.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1